



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)  
Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAAD)  
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (GPM)**

**ALEXANDRA PEDROSA MONTEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATOS E RECURSOS DO PRONAF  
NAS REGIÕES DO BRASIL**

**REDENÇÃO**

**2016**

**ALEXANDRA PEDROSA MONTEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PRONAF NAS REGIÕES DO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de Título de Especialista em Gestão Pública Municipal, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vilma Moreira Faria.

Coorientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos

**REDENÇÃO**

**2016**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

- 
- M774a Monteiro, Alexandra Pedrosa.  
Análise da distribuição de contratos e recursos do PRONAF nas regiões do Brasil. /  
Alexandra Pedrosa Monteiro. – Redenção, 2016.  
37 f.; 30 cm.  
Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.  
Orientador: Prof. Maria Vilma Moreira Faria.  
Inclui Referências e Anexo.  
1. Programa Nacional de Agricultura Familiar (Brasil). I. Título.

CDD 332.710981

---

**ALEXANDRA PEDROSA MONTEIRO**

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PRONAF NAS REGIÕES DO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção de Título de Especialista em  
Gestão Pública Municipal, da Universidade  
da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira – Unilab.

Aprovada em: 18/04/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Maria Vilma Moreira Faria (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

---

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A Deus.

Aos meus pais, Alex e Socorro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, no qual tenho muita fé e acredito que sem ele nada seria possível.

Aos meus pais, Alex Leite Monteiro e Maria do Socorro Pedrosa de Oliveira Monteiro, que me deram a vida e pelo esforço cotidiano para me oferecer o melhor e, principalmente por terem me proporcionado bons estudos, pois graças a eles estou concluindo mais esta etapa e caminhando na minha formação profissional.

A minha irmã, Michelly Pedrosa Monteiro, por ser sempre presente na minha vida, por me acompanhar, me apoiar e ser um exemplo de perseverança.

Aos meus avós, Maria Laura Leite Monteiro e José Maria da Silva Monteiro por todos os ensinamentos, apoio e incentivo.

A minha Tia Virgínia e meu tio José Maria Filho nos quais sempre me espelhei. Aos meus primos, Saulo, Sarah e Pedro, que são como meus irmãos e sempre estiveram ao meu lado, torcendo pelo meu crescimento.

Ao meu namorado, Thiago Ratts, por sempre me apoiar e estar ao meu lado mesmo nos momentos difíceis em que precisamos abdicar de algumas coisas.

Ao professor José de Jesus Sousa Lemos, pelo empenho e dedicação à elaboração deste trabalho e por todo o conhecimento transmitido desde a época da graduação.

A minha orientadora, professora Vilma Faria, por acreditar, apoiar e contribuir para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O trabalho tem o objetivo de analisar a distribuição de recursos do Pronaf nas regiões do Brasil e identificar as regiões que mais se destacam em relação ao número de contratos, valores e valores médio por contratos. Os dados utilizados foram extraídos do Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central no período de 1999 a 2012. Na discussão teórica foram abordados temas sobre agricultura familiar, políticas públicas, Pronaf e assistência técnica destinada aos agricultores. Para a realização do trabalho foi utilizado o modelo econométrico de regressão linear simples de duas variáveis, a fim de encontrar as Taxas Geométricas de Crescimento (TGC). Os resultados mostram que durante o período estudado os números de contratos e os valores se expandiram de maneira considerável, contribuindo para a afirmação da agricultura familiar. No entanto, o que se percebe é que há excessiva concentração de recursos do Pronaf nas regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, confirmando assim a hipótese levantada na pesquisa. Também foi possível concluir que a região Centro-Oeste é a que possui maior valor médio por contratos e o Nordeste possui o menor.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Pronaf; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The work aims to analyze the distribution of Pronaf's resources in Brazil's regions and identify the regions that stand out more in terms of number of contracts, values and average values for contracts. The data used were taken from the Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central from 1999 to 2012. In the theoretical references were discussed topics about family farming, public policy, Pronaf and technical assistance to farmers. To carry out the study it was used the econometric model of simple linear regression of two variables in order to find the Geometric Growth Rates (TGC). The results shows that during the studied period the number of contracts and the values have expanded in a considerably way, contributing to the affirmation of family farming. However, we realize that there is an excessive concentration of Pronaf's resources in more developed regions, south and southeast, confirming the hypothesis in the research. It was also possible to conclude that Central – West region is the one that has higher average value for contracts and Northeast has the lowest.

**Keywords:** Family farming; Pronaf; Public Policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução de contratos nas regiões do Brasil entre 1999 e 2012.....	29
Gráfico 2 -	Evolução dos valores dos contratos do Pronaf nas regiões do Brasil entre 1999 e 2012.....	31
Gráfico 3 -	Evolução dos valores recebidos do Pronaf, relacionando a região Nordeste com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012.....	33
Gráfico 4 -	Evolução dos valores médios do Pronaf, relacionando a região Nordeste com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012.....	34
Gráfico 5 -	Evolução dos valores recebidos do Pronaf, relacionando a região Norte com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012.....	35
Gráfico 6 -	Valores médios totais do Pronaf, relacionando a região Norte com Sudeste, Sul e Centro-Oeste entre 1999 e 2012.....	35
Gráfico 7 -	Participação no número de contratos das regiões em relação ao Brasil – 1999 a 2012.....	37
Gráfico 8 -	Participação nos valores corrigidos de contratos das regiões em relação ao Brasil – 1999 a 2012.....	38
Gráfico 9 -	Valores médios de contratos das regiões em relação ao Brasil – 1999 a 2012.....	38
Gráfico 10 -	Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf nas regiões do Brasil entre 1999 a 2012.....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Números de Contratos, Valores corrigidos totais e médios corrigidos dos contratos de Pronaf nas regiões do Brasil no período de 1999 a 2012.....	30
Tabela 2 -	Números do Pronaf para o Brasil no período de 1999 a 2012.....	36
Tabela 3 -	Participação relativa das regiões brasileiras em relação ao total do país.....	36
Tabela 4 -	Total, Valores totais acumulados e valor médio dos contratos do Pronaf por Estado, Regiões e para o Brasil entre 1999 e 2012 (Valores corrigidos para 2014).....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Bacen	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Dater	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Índice Geral de Preços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
Procera	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
TGC	Taxa Geométrica de Crescimento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>2.1</b>	<i>Agricultura Familiar</i> .....	15
<b>2.2</b>	<i>Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf</i> .....	19
<b>2.3</b>	<i>Assistência Técnica</i> .....	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	26
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	29
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	42
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

A importância da agricultura familiar na economia brasileira já é notável e relevante. No entanto até o início da década de 1990 não existia qualquer política pública voltada para os agricultores familiares, que por muito tempo ficaram à margem das políticas agrícolas ofertadas, sobretudo relativas ao crédito rural e seguro da produção.

Apesar da sua importância econômica a agricultura familiar passou por grandes dificuldades em relação à comercialização de seus produtos, tendo preços baixos oferecidos por atravessadores, reduzido nível de tecnologia, pouca assistência técnica, dificuldade também na compra e armazenamento de insumos e pouco acesso às informações.

Nesse cenário, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), representando a legitimação dessa categoria social. Essa conquista foi fruto de muitas reivindicações dos trabalhadores rurais, os quais solicitavam políticas de desenvolvimento rural específicas para essa categoria.

O Pronaf caracteriza-se por ser um programa direcionado para o financiamento de forma assistida as atividades praticadas pelos agricultores familiares, através do desembolso com juros subsidiados para as atividades agropecuárias e não - agropecuárias, objetivando assim, proporcionar condições para o aumento da produção, geração de emprego e renda e melhora da qualidade de vida dos trabalhadores rurais familiares. (BANCO CENTRAL, 2015)

O programa tem uma preocupação com as múltiplas funções da agricultura nos aspectos econômico, ambiental e social, valorizando as culturas locais, o modo de viver, de produzir e incentivando a valorização do território e a preservação ambiental do mesmo. Embora tenha sido implantado há aproximadamente vinte anos, somente a partir de 1999 o Pronaf passou a ser utilizado de fato pelos agricultores familiares dos estados do Nordeste. (LEMOS, 2012)

Tendo em vista a importância do Pronaf como uma das principais políticas públicas voltada para a agricultura, este trabalho tem como objetivo geral analisar a distribuição de recursos do Pronaf entre as regiões do Brasil, levando em consideração os números de contratos e os valores transferidos. Para isso, têm-se como objetivos específicos: identificar as regiões com maior número de contratos, valores recebidos e valores médio do Pronaf; calcular a taxa geométrica de crescimento dos contratos, valores recebidos e valores

médios ao longo dos anos e aferir os padrões de desigualdade envolvendo os volumes de recursos transferidos para as diferentes regiões.

Este objetivo visa aferir os padrões de desigualdade envolvendo os volumes de recursos transferidos para as diferentes regiões que se traduzem em maiores valores médios para as regiões mais desenvolvidas e menores valores para as menos desenvolvidas do Brasil entre os anos de 1999 e 2012.

Desta forma o trabalho se mostra relevante por estudar uma política pública (Pronaf) de grande importância para a população brasileira e, principalmente, para a população rural. Desta forma, é importante uma pesquisa que avalie as concentrações dos números de contratos, valores financiados e valores médios do Pronaf nas regiões do Brasil para que se possa cada vez mais melhorar a situação do homem do campo e incentivar o desenvolvimento rural.

O trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta Introdução. Em seguida, na segunda seção apresenta-se o Referencial Teórico em que se ancoram as análises empíricas da pesquisa. Nesta seção estão discutidos os conceitos envolvendo agricultura familiar e em seguida discute-se o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), suas finalidades, suas modalidades e destaca-se a importância da Assistência Técnica para os agricultores familiares. na seção 3 esboça-se a Metodologia que foi desenhada para atingir aos objetivos da pesquisa. Nesta Seção apresenta-se a fonte de dados e o método de análise utilizado para analisar o crescimento e a distribuição do crédito do Pronaf nas regiões e estados do Brasil. A seguir, na quarta seção são apresentados os resultados obtidos. E por último, na seção 5, estão apresentadas as considerações finais acerca do estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Agricultura Familiar

A agricultura familiar caracteriza-se pelo modo de produção familiar, ou seja, modo de produção que utiliza sujeitos que guardam relações afetivas. Apenas eventualmente e, em condições excepcionais, as unidades agrícolas familiares utilizam de mão de obra contratada (LEMOS, 2012). No geral as unidades agrícolas familiares praticam atividades diversificadas, o que se constitui num outro fator diferencial das unidades agrícolas patronais. Devido a essas características, essas unidades familiares tendem a pressionar menos os recursos naturais, sobretudo o solo e tendem também a uma produção agrícola com maior diversidade, envolvendo o resgate de cultura que interliga tradição e identidade. As unidades agrícolas familiares são a um só tempo: unidades de produção para gerar excedentes comercializáveis e, assim gerar renda monetária; unidades de consumo, na medida em que produzem o autoconsumo das famílias gerando o que é conhecido como renda não monetária; e unidade de afeição com o meio ambiente, na medida em que os agricultores familiares quase sempre guardam uma relação de pertencimento aos locais onde estão instaladas as suas unidades. São os locais onde viveram os seus avós, pais e onde pretendem dar prosseguimento na evolução da sua família. Devido a essas características as unidades agrícolas familiares se tornam atrativas para o fomento de programas de desenvolvimento rural sustentável (LEMOS, 2012).

Para Tedesco (2001), a agricultura familiar caracteriza-se por ter a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, as modalidades de produção e manifestação de valores e tradições em torno da família e para a família. Outras características são: trabalho e gestão intimamente ligados; processo produtivo dirigido pelo próprio proprietário; ênfase na diversificação; trabalho assalariado complementar; voltada para a durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida; ênfase no uso de insumos internos, entre outros (VEIGA apud PIETRAFESA, 2002).

De acordo com um projeto feito em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) considerou-se que estabelecimento de agricultura familiar é aquele

coordenado pelo próprio produtor rural e que utiliza mais mão-de-obra familiar do que de terceiros.

Naquele documento podem-se encontrar as características das unidades agrícolas familiares em contraponto com aquelas das unidades patronais. Isto está mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Característica da Agricultura Familiar e Patronal

<b>AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>AGRICULTURA PATRONAL</b>
Gestão e trabalho intimamente relacionados	Total separação dos fatores gestão e trabalho
Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor	Organização centralizada
Ênfase na diversificação	Ênfase na especialização
Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida	Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis
Trabalho assalariado é apenas complementar	Predomínio do trabalho assalariado
Divisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.	Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"
Decisões tomadas "in loco", condicionadas pelas especificidades do processo produtivo	Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra
Ênfase no uso de insumos internos	Ênfase no uso de insumos comprados

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

Observa-se que são muitas as divergências entre os modos de produção agrícola praticados nas unidades agrícolas familiares e aqueles envolvendo as unidades agrícolas patronais. Do conjunto esboçado no Quadro 1 depreende-se que são bem maiores as chances de terem práticas agrícolas mais diversificadas e mais envolventes de um ponto de vista da participação da força de trabalho humana, nas unidades familiares. Como tendem a utilizar

mais insumos internos (serem mais autárquicas), tendendo a pressionar menos a base dos recursos naturais. Contudo, deve ficar claro que as atividades agrícolas familiares também utilizam adubos e defensivos químicos (FERNANDES, 2005).

Veiga (1996) faz uma explicação sobre as possíveis vantagens socioeconômicas da agricultura familiar frente à agricultura patronal:

A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal. (1996, p.395).

A agricultura patronal se opõe à agricultura familiar, na medida em que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários. São unidades, em geral, intensivas em capital na forma de maquinários que substituem trabalho e que buscam sempre elevar a produtividade do trabalho que é remunerado segundo essa produtividade. Em geral, mas não necessariamente, ocupa propriedades de médios e grandes portes e, neste tipo de agricultura, gestão e trabalho estão separados. Já a agricultura familiar é realizada em pequenas propriedades, sendo o trabalho desenvolvido essencialmente pelo núcleo familiar havendo a ligação entre gestão e trabalho. Fatos que levaram Cerqueira e Rocha (2002) a enfatizar que três atributos básicos podem ser observados na agricultura familiar: trabalho, gestão e propriedade.

É possível perceber o grande papel da agricultura familiar quando se analisa os dados citados na pesquisa de Sabourin (2007), a qual diz que existem aproximadamente cinco milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil, 85% são de produção familiar, enquanto que apenas 12% é de produção patronal.

O modelo de industrialização adotado no Brasil é voltado para o benefício de setores sociais de maiores rendas. Assim, grande parcela da desigualdade social é resultado da industrialização/modernização, causando também desigualdades regionais e grande concentração de capital e terra.

O foco das políticas agrícolas brasileiras sempre teve uma maior ênfase nas grandes e médias propriedades e a modernização do processo produtivo gerou uma crescente marginalização dos agricultores familiares, causando um desenvolvimento rural bastante desigual e excludente (CERQUEIRA E ROCHA, 2002).

A agricultura familiar é uma forma diferente de se explorar a agricultura, pois se baseia na produção familiar com certa preocupação com a natureza, sustentabilidade, distribuição de renda, causando uma redução da desigualdade e desenvolvimento dos municípios. Ela possibilita um desenvolvimento democrático com produção de alimentos a baixo custo, redução do êxodo rural, oportunidades de trabalho na zona rural, redução do desemprego e melhora na qualidade de vida. Para melhorar ainda mais as condições de vida no meio rural é necessário investimentos em educação, saneamento e saúde. (LEMOS, 2012)

No Brasil, 70% dos alimentos provem da agricultura familiar. A agricultura familiar corresponde a 35% do PIB nacional e também absorve 40% da população economicamente ativa (IBGE, 2006).

De acordo com dados do Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, 84,4% das propriedades rurais do Brasil são de grupos familiares e a metade destas propriedades está localizada no Nordeste. Porém, por mais que seja alto o número de propriedades familiares a área ocupada por elas no Brasil é pequena. Apenas 24,3%. Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. (IBGE, 2006).

Acredita-se que devido a varias carências, dentre as quais a de assistência técnica é a mais evidente (FERNANDES, 2005) a agricultura familiar ainda não alcançou seu máximo de potencial produtivo e de geração de renda no Nordeste do Brasil. No entanto o fortalecimento dessa agricultura é essencial para o desenvolvimento do Brasil, pois ela proporciona a inserção de famílias em extrema pobreza na produção agrícola e também pode reduzir a dependência das transferências de recursos do governo. Outro ponto importante que esse fortalecimento reflete é na redução do êxodo rural, pois a agricultura dinamiza o meio rural (LEMOS, 2012). Também é muito importante para a segurança alimentar do país, com a produção de alimentos considerados básicos como, arroz, feijão, mandioca, milho e outros produtos típicos dessas unidades familiares.

## 2.2 Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 1.946/96, tornando-se a principal política pública do Governo Federal de apoio aos agricultores familiares. Esse Programa derivou de uma já existente, o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), que foi criado em 1994 no governo de Itamar Franco e visava o financiamento da atividade agropecuária para os considerados “agricultores familiares”. Esse financiamento era concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (MACIEL, 2009). Após dois anos, com algumas modificações e ampliações o programa passou a ser denominado Pronaf. Em 2006 foi promulgada a Lei da Agricultura Familiar, passando a reconhecer essa atividade como profissão (PICOLOTTO, 2011). Desta forma, pode-se dizer que o Pronaf representa um considerável avanço por ter sido a primeira política pública de apoio à agricultura familiar.

A criação do Pronaf representou o reconhecimento da relevância da agricultura familiar como produtora de alimentos e geradora de emprego e renda (CARMO, 1999). Foi um marco para a história agrária brasileira, pois pela primeira vez se teve um programa voltado especificamente para esse segmento social, que até então eram identificados como o dos pequenos produtores, produção de baixa renda, de subsistência e agricultura não-comerciável. Assim, pode-se dizer que não havia um conceito de agricultura familiar e ela era considerada como equivalente de pequena produção. A partir de uma definição que estava estabelecida com a criação do Pronaf os agricultores familiares passaram a ter visibilidade e uma participação nas políticas públicas para o meio rural.

Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 23), “o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo”.

O programa foi posteriormente transferido para a esfera de ações do Ministério de Política Fundiária em 1999, a partir do qual o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural passou a integrar as atividades do Pronaf e do INCRA. Atualmente, o Pronaf encontra-se subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No início, o Programa concedia créditos de custeio de até R\$ 5.000,00 e para investimento de até R\$ 15.000,00, com taxas de juros inicial de 16% a.a. (MACIEL, 2009). Atualmente os valores de créditos aumentaram e as taxas de juros são as menores possíveis, isso mostra como a agricultura familiar cresceu e vem encontrando seu espaço.

Essa política pública consiste em um financiamento rural com baixas taxas de juros, sendo o programa que possui as menores taxas de juros de financiamentos rurais. Vale ressaltar que também apresentam as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito.

As fontes de recursos do Pronaf são advindas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (Fundos Constitucionais do Centro-Oeste-FCO, do Nordeste-FNE e do Norte-FNO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Orçamento Geral da União (OGU) e recursos dos próprios estados. O principal banco operador do programa é o Banco do Brasil (BB), que vem desempenhando, historicamente, o papel de instituição financeira mais utilizada para o crédito rural no país.

O Pronaf tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o fortalecimento das atividades realizadas pelos produtores familiares, a redução das desigualdades sociais, aumento da capacidade produtiva e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural, profissionalização e valorização dos agricultores familiares e uma modernização do sistema produtivo, agregando valor ao produto e à propriedade.

O Pronaf também busca melhorar a condição de vida dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, promovendo a geração de emprego e renda entre os membros familiares, por meio do financiamento de projetos individuais ou coletivos de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários no meio rural.

Segundo Abramovay (2006) pode-se dizer que o Pronaf é uma das mais importantes políticas brasileiras de combate à pobreza e tem como objetivo principal interferir na matriz de distribuição de renda através da ampliação do acesso ao crédito a populações que ainda não tiveram acesso.

O Programa foi criado, dividindo-se em três modalidades: Pronaf crédito rural, que financia a produção; Pronaf infraestrutura, que financia investimentos em infraestrutura dos estabelecimentos rurais e Pronaf capacitação, voltado para capacitação e

profissionalização dos agricultores, oferecendo-lhes novos conhecimentos no que se refere a processos produtivos e gestão de propriedade. (MATTEI, 2005)

O crédito do programa pode ser utilizado para custeio da safra, atividade agroindustrial, aquisição de máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços.

Os beneficiários do programa são produtores rurais que utilizem predominantemente a mão de obra familiar, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família que trabalham na produção familiar, tenham renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil, onde metade da renda seja adquirida de exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento rural, que residam na propriedade ou em locais próximos e não possuam área superior a quatro módulos fiscais. Para que o agricultor familiar seja identificado como um beneficiário do Pronaf e para obter os financiamentos é necessário a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser emitida por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o Incra, Fundação Nacional do Índio (Funai), Sindicatos e Associações de Produtores Rurais, entre outros. A DAP é um documento, fornecido gratuitamente e possui validade de seis meses que identifica os beneficiários do Pronaf, suas características, área da propriedade, renda familiar, predominância do trabalho e o grupo a qual pertence. (MDA, 2015).

A DAP é obtida por entidade credenciada pelo MDA, as quais geralmente são entidade oficial de assistência técnica e extensão rural ou um sindicato do meio rural.

Os beneficiários do Pronaf estão divididos nos seguintes grupos:

O Grupo A é formado por agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não tenham contrato com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). (BANCO CENTRAL, 2015)

O Grupo B é constituído por agricultores familiares, inclusive quilombolas, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta familiar anual não superior a R\$ 20.000,00, nos 12 meses antecedentes a DAP e que não contratem trabalho assalariado permanente. (BANCO CENTRAL, 2015) Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004) esse grupo inclui também famílias rurais com reduzida produção e baixo potencial de crescimento da produção no curto prazo, localizadas em regiões com concentração de pobreza rural.

O Grupo C é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do Procefa e/ou Grupo A, com renda bruta familiar anual de R\$ 2.000,00 a R\$ 14.000,00, que possuam explorações intermediárias com bom potencial produtivo.

O Grupo D é formado por agricultores economicamente estabilizados e que possuam renda bruta familiar anual superior a R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00.

O Grupo E constituído por agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do Pronaf ou ainda beneficiários deste programa que obtenham renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 excluídos proventos de benefícios previdenciários decorrentes da atividade rural. (BANCO CENTRAL, 2015)

O Grupo A/C é formado por agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no grupo A e que não possuam financiamento de custeio, exceto deste mesmo grupo A/C. (BANCO CENTRAL, 2015)

A expansão do Pronaf esteve associada à criação de linhas de crédito no âmbito do Programa voltadas a finalidades específicas. Assim, foram criadas as seguintes linhas de crédito, divididas entre os grupos do programa:

O Pronaf Custeio é uma linha de crédito destinada ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria dos agricultores ou de terceiros vinculados ao Pronaf. Este crédito também visa estimular a produção de cinco alimentos básicos dos brasileiros, que são: arroz, milho, feijão, mandioca e trigo. Desta forma, os agricultores que cultivarem essas culturas terão um acréscimo de 30% no crédito.

O Pronaf Mais Alimentos – Investimento é destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não no estabelecimento rural ou em áreas próximas. (MDA, 2015)

O Pronaf Agroindústria financia investimentos, visando beneficiar o processamento e a comercialização da produção, de produtos florestais e do extrativismo, produtos artesanais e exploração do turismo rural. Também pode ser utilizado para investimento em infraestrutura. É destinado aos produtores enquadrados nos Grupos C, D, E, cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas e que comprovem em projeto técnico que mais de 70% da matéria-prima a ser beneficiada ou industrializada seja de produção própria. (BANCO DO BRASIL, 2015)

Pronaf Agroecologia financia investimentos para os sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. (MDA, 2015)

Pronaf Eco financia investimentos em técnicas para reduzir o impacto da atividade rural no meio ambiente, proporcionando um melhor convívio do produtor com o bioma. (MDA, 2015)

Pronaf Floresta é um financiamento para projetos de silvicultura, sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, voltado para manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas. É destinado a produtores enquadrados nos Grupos C e D. (BANCO CENTRAL, 2015)

Pronaf Semiárido financia investimentos em projetos de convivência com o semiárido, ou seja, é destinado aos agricultores da região do semiárido enquadrados nos grupos C e D, tendo foco na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando a infraestrutura hídrica, em construções de cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água. (BANCO CENTRAL, 2015)

Pronaf Mulher é um financiamento destinado a mulheres agricultoras. (MDA, 2015)

Pronaf Jovem é um financiamento destinado a créditos para jovens agricultores, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou que estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional. Os jovens também precisam ser filhos de agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E. (BANCO DO BRASIL, 2015)

Estima-se que o Pronaf beneficia 40% dos agricultores familiares brasileiros (BRASIL, MDA, 2015) e está presente em 97% dos municípios (DIEESE, 2011).

Nesses 19 anos de existência do Pronaf, ele já evoluiu bastante e pode-se associar esse crescimento ao aumento dos financiamentos, criação de linhas de crédito e ampliação do universo de potenciais beneficiários. Em paralelo a isso, houve uma redução da taxa de juros dos financiamentos.

Estudos da FECAMP (2002) mostram que agricultores que tiveram acesso ao crédito do programa (Pronaf) apresentaram aumento de nível tecnológico e nas produções. Assim, o crédito é fundamental para os agricultores, pois contribui para a modernização dos mesmos, por meio de aquisição de máquinas e insumos, que possibilitem a inserção no mercado de trabalho, melhorando, conseqüentemente, a qualidade de vida e reduzindo a

pobreza rural. No entanto a modernização da agricultura precisa ser acompanhada pela assistência técnica, para ensinar/auxiliar a utilizar as novas tecnologias da forma correta e que otimizem suas produções.

### **2.3 Assistência técnica**

Alguns dos principais instrumentos de aperfeiçoamento da agricultura familiar é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tendo desdobramentos no aparato administrativo nos estados da Federação.

De acordo com a Lei 12.188/2010 a ATER é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

A missão da ATER vai além da assistência técnica para aumentar a produção, ela também funciona como uma agência de desenvolvimento capaz de auxiliar no surgimento de energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social (ABRAMOVAY, 1998).

A assistência técnica e extensão rural são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, principalmente, no que se refere à inserção e viabilização de novas práticas agroecológicas, uma vez que a ATER relaciona-se às técnicas de manejo e de produção e até mesmo a educação no campo (RIOS; PEREIRA, 2011).

O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) procura capacitar extensionistas rurais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável com o objetivo de qualificar a oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural, integrar e socializar informações sobre políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, MDA, 2015).

A evolução no processo de mecanização e a revolução produtiva da agricultura foram definitivas para que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que possuem uma assistência técnica mais efetiva se sobressaíssem frente às regiões Norte e Nordeste, carentes

de assistência técnica. Esse atraso no desenvolvimento da agricultura no Nordeste é que faz com que a agricultura seja principalmente de subsistência com pouca inserção no mercado, outra consequência desse atraso são as desigualdades sociais existentes entre as regiões do Brasil.

Como será observado nos dados estudados neste trabalho, a região nordeste possui grande quantidade de contratos do Pronaf, porém os valores financiados são baixos, se comparados com os das regiões Sul e Sudeste, que além de também possuírem uma grande quantidade de contratos, seus valores são altos e ainda possuem assistência técnica efetiva, fazendo com que se desenvolvam mais e possam praticar a agricultura familiar não apenas para subsistência e obter um acréscimo na sua renda. Portanto, nota-se o quanto a assistência técnica é importante para ajudar no desenvolvimento dos agricultores familiares e, conseqüentemente, no desenvolvimento rural da região.

Segundo Guanzaroli (2007) um dos fatores que influenciam na geração de renda dos agricultores familiares é a Assistência Técnica.

Assim, é necessário que o agricultor entenda todos os processos até a comercialização dos produtos agrícolas, porém, para isso ele requer profissionalização da atividade agrícola, a qual é passada pela assistência técnica rural.

### 3 METODOLOGIA

Partindo da definição etimológica do termo, temos que a palavra Metodologia vem do grego, meta que significa ao largo; odos, caminho; logos, discurso, estudo.

A natureza da pesquisa em questão será quantitativa. Segundo Kirk & Miller (1986, apud, Mattar, 1999), na pesquisa quantitativa os dados são obtidos de um grande número de respondentes, usando-se escala, geralmente, numéricas, e são submetidas a análises estatísticas formais.

A respeito das tipologias da pesquisa, o presente utilizou, com base nos procedimentos técnicos, uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de várias fontes bibliográficas sobre o assunto. A pesquisa também é classificada com base nos seus objetivos como exploratória para que se tomasse um maior conhecimento sobre o assunto.

Segundo Gil (2002), em quase todos os estudos é exigido um trabalho de natureza bibliográfica, mas também há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, ou seja, com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para Mattar (1999), a pesquisa exploratória tem como objetivo dar maior conhecimento ao pesquisador sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva e por isso é útil nos primeiros estágios da investigação, quando o pesquisador geralmente tem pouco ou nenhum conhecimento, compreensão e familiaridade com o assunto.

A pesquisa utilizou dados secundários extraídos do Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN, 2012) no período de 1999 a 2012. Não se estendeu até o período atual porque os dados ainda não estavam disponíveis por ocasião dos levantamentos feitos para a execução deste trabalho. No entanto o período abrangido é representativo e capta a evolução do Pronaf nas regiões e estados do Brasil. Os dados extraídos foram os totais de contratos e valores de financiamentos do Pronaf de todas as regiões brasileiras e seus respectivos estados. Os valores nominais coletados naquele documento foram corrigidos, utilizando o Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base para o ano de 2014.

Para a realização do trabalho, estimaram-se Taxas Geométricas de Crescimento (TGC), utilizando para isto o modelo de regressão linear simples de duas variáveis, através do Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS).

A análise de regressão é um método pelo qual são feitas análises para a verificação do nível de relacionamento entre uma variável dependente, explicada por outra(s) variável(eis), conhecida(s) como variável(eis) explicativa(s), independente(s) ou regressor(as) (GUJARATI, 2006).

O modelo de regressão linear simples é definido pela seguinte equação:

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon \quad (1)$$

Em que

$Y_i$  é a variável dependente associada a  $i$ -ésima observação;

$\alpha$  é o coeficiente linear da reta, ou intercepto com o eixo das ordenadas;

$X_i$  é a variável independente ou explicativa de  $Y_i$  em todas as observações;

$\beta$  é coeficiente angular da reta expressa na equação (1). Afere a variação de  $Y_i$  para variações infinitesimais de  $X_i$ . Em termos matemáticos o parâmetro  $\beta$  é a derivada de  $Y_i$  em relação a  $X_i$ , tal como mostrado na expressão (2)

$$\beta = d(Y_i)/d(X_i) \quad (2)$$

$\varepsilon$  é termo de erro aleatório que, por hipótese atende aos pressupostos de ser não autorregressivo e ter variância constante (homocedástico).

Estas hipóteses asseguram a possibilidade dos parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  serem estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO).

O modelo é linear tanto nos parâmetros como nas variáveis, pois supõe que as variáveis apresentam uma relação linear e simples. É dito simples por apresentar apenas uma variável explicativa. Por esse modelo é possível prever o comportamento de uma das variáveis em função da outra.

De acordo com Gujarati (2006, p.144), a função de crescimento de certa variável  $Y$  pode ser representada por:

$$Y_t = Y_0 (1 + r)^t \quad (3)$$

onde “ $r$ ” é a taxa de crescimento composta ou geométrica ao longo do tempo “ $t$ ” de  $Y$ .

Aplicando o logaritmo natural, obtêm-se:

$$\ln Y_t = \ln Y_0 + t \ln (1+r) \quad (4)$$

substituindo:

$$\ln Y_0 = \beta_0 \quad (5)$$

$$\ln(1+r) = \beta_1 \quad (6)$$

tem-se ( já incluindo o termo de erro ( $\epsilon_t$ )):

$$\log(Y_t) = \beta_0 + \beta_1 T + \epsilon_t \quad (7)$$

Portanto, pode-se perceber que esse modelo se assemelha ao de regressão linear, pois os parâmetros  $\beta_0$  e  $\beta_1$  são lineares, diferenciando-se apenas no  $\ln Y$ , que é o regressando e o regressor é o “tempo” (T). (GUJARATI, 2006)

A equação representada acima caracteriza um modelo semilogarítmico, porque apenas uma das variáveis está em forma logarítmica, assim este modelo é chamado log-linear, pois o regressando aparece em forma logarítmica. (GUJARATI, 2006)

Para obter a taxa geométrica de crescimento, toma-se o antilogaritmo de  $\beta_1$  estimado, subtrai-se de um e multiplica a diferença por 100. (GUJARATI, 2006)

Na equação (7)  $\log(Y)$  é o logaritmo neperiano do número de contratos do Pronaf, valor total atualizado e valor médio de contratos entre 1999 e 2012. T (T = 0,1,2...) é o tempo. O  $\beta_0$  é o coeficiente linear e  $\beta_1$  é o coeficiente angular que multiplicado por cem será a estimativa da Taxa Geométrica de Crescimento (TGC) da variável Y. Assim, a partir desta equação foi estimada a relação entre número de contratos do Pronaf, valor total capitalizado e valor médio de contratos entre 1999 e 2012.

A análise da taxa geométrica de crescimento das variáveis determinadas permite verificar a tendência da série em determinado período (SOUZA et al., 2008).

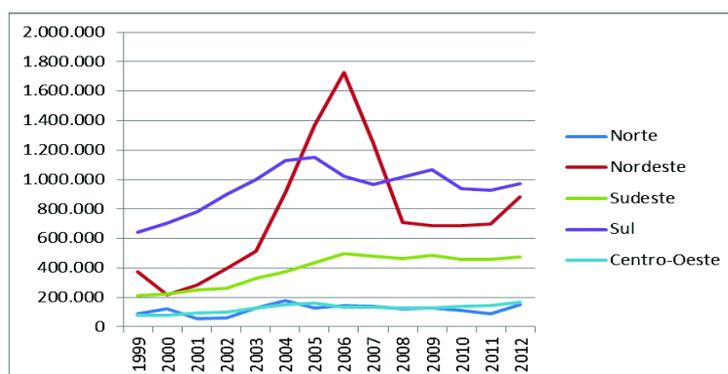
Espera-se que, com o passar dos anos, os números de contratos aumentem e o valores totais capitalizados e valores médios também, de maneira proporcional para todas as regiões e estados, de forma que não exista tanta disparidade entre as regiões.

## 4 RESULTADOS

O Pronaf apenas começou a deslançar depois de transcorridos alguns anos desde a sua criação. Isto aconteceu em 1999. No entanto o que se observa é que há uma concentração na alocação dos recursos do programa nas regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, como será mostrado nesta Seção da Monografia.

Analisando os resultados mostrados no Gráfico 1, com dados extraídos da Tabela 1, apresenta-se a evolução de contratos nas regiões do Brasil no período de 1999 a 2012 e observa-se que as regiões Sul e Nordeste apresentam a maior concentração dos contratos, tendo a região Sul 40% no período analisado e a região Nordeste 33%.

Gráfico 1 – Evolução de contratos nas regiões do Brasil entre 1999 e 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

É necessário ressaltar que houve um grande aumento de contratos no período de 2003 a 2008, como pode ser verificado no gráfico 1, esse aumento teve grande influência devido a dois fatores básicos: um maior acesso por parte dos agricultores à nova modalidade do programa, como foi o Caso do Agroamigo no Nordeste e a redução da taxa de juros para 5,75% a.a. (MACIEL, 2009). Contudo, este maior número de contratos, no âmbito do Nordeste, como mostrado no gráfico 1, não se traduziu em maiores valores contratados por parte dos agricultores familiares (Tabela 1), como será demonstrado a seguir neste trabalho.

Tabela 1: Números de Contratos, Valores corrigidos totais e médios corrigidos dos contratos de Pronaf r  
1999 a 2012

Anos	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul	
	Nº CONTRATOS	VALOR CORRIGIDO	VALOR MÉDIO	Nº CONTRATOS	VALOR CORRIGIDO	VALOR MÉDIO	Nº CONTRATOS	VALOR CORRIGIDO	VALOR MÉDIO	Nº CONTRATOS	VALOR CORRIGIDO
<b>1999</b>	88.664	1.563.759.027,74	17.636,91	374.415	3.634.884.780,18	9.708,17	211.926	11.717.588.275,09	55.290,94	640.717	15.794.5
<b>2000</b>	125.403	2.106.977.055,04	16.801,65	216.029	2.415.681.848,61	11.182,21	224.222	12.326.008.302,31	54.972,34	704.119	16.328.0
<b>2001</b>	56.990	1.731.775.326,77	30.387,35	283.808	2.841.181.304,42	10.010,93	250.615	14.234.618.258,71	56.798,75	783.765	19.423.9
<b>2002</b>	60.869	1.475.868.061,04	24.246,63	394.170	2.970.076.057,35	7.535,01	264.760	15.312.073.794,19	57.833,79	898.533	22.013.4
<b>2003</b>	126.922	2.447.922.336,37	19.286,82	511.904	3.650.598.457,43	7.131,41	328.356	15.570.455.360,86	47.419,43	1.002.101	25.044.7
<b>2004</b>	180.635	3.036.193.580,76	16.808,45	913.142	5.176.687.586,53	5.669,09	372.108	17.869.970.397,14	48.023,61	1.130.755	28.875.1
<b>2005</b>	127.503	2.828.452.147,63	22.183,42	1.368.289	6.409.291.773,07	4.684,17	435.767	19.213.401.359,76	44.091,00	1.151.439	25.991.3
<b>2006</b>	146.625	2490359483,45	16.984,55	1.728.638	7.171.366.376,09	4.148,56	495.018	24.133.001.326,23	48.751,77	1.020.110	25.323.6
<b>2007</b>	137.143	2.581.236.757,42	18.821,50	1.243.872	7.045.728.707,47	5.664,35	482.652	28.135.009.799,79	58.292,54	965.934	28.614.3
<b>2008</b>	120.767	2.719.043.849,56	22.514,79	710.921	7.623.999.578,63	10.724,12	461.895	30.516.540.097,60	66.068,13	1.014.872	36.498.7
<b>2009</b>	128.331	2.900.354.293,79	22.600,57	689.564	8.121.910.666,63	11.778,33	488.821	35.114.752.554,87	71.835,61	1.069.524	39.319.6
<b>2010</b>	109.258	3.307.798.424,03	30.275,11	686.346	8.716.811.910,49	12.700,32	458.505	34.762.235.062,17	75.816,48	941.584	40.572.6
<b>2011</b>	90.017	3.250.821.443,48	36.113,42	698.938	9.215.685.797,02	13.185,27	456.822	35.875.565.076,96	78.532,92	925.420	42.047.4
<b>2012</b>	148.562	5.135.870.463,18	34.570,55	885.345	10.837.726.163,47	12.241,25	476.856	37.549.813.241,99	78.744,55	970.754	47.552.7
<b>Total</b>	<b>1.647.689</b>	<b>37.576.432.250,35</b>	<b>22.805,53</b>	<b>10.705.381</b>	<b>85.831.631.007,40</b>	<b>8.017,61</b>	<b>5.408.323</b>	<b>332.331.032.907,67</b>	<b>56.068,48</b>	<b>13.219.627</b>	<b>413.400,5</b>

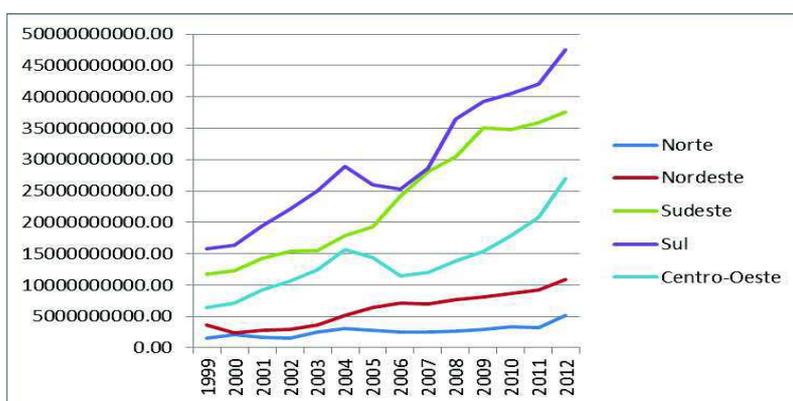
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.  
Nota: (1) Valores atualizados a preço de 2014 – IGP-DI.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos contratos, recursos e valores médios por contratos do Pronaf nas regiões do Brasil. Por essas evidências é possível notar que houve um crescimento progressivo em relação as três variáveis e isso significa que um número maior de agricultores estão tendo acesso ao crédito rural.

Analisando os dados da Tabela 1 é possível notar que durante a maioria do período o número de contratos do Nordeste supera o do Sudeste, o mesmo não ocorre para a região Sul. Assim, constatou-se que o programa atendeu a um maior número de famílias rurais na região Nordeste, uma das regiões mais pobres do Brasil. Contudo os dados apresentados na Tabela 1 também revelam que esses contratos contraídos por essas famílias do Nordeste foram de valores médios baixos, bastante aquém dos contraídos pelas famílias rurais do Sudeste e do Sul (Tabela 1). Essa elevação no Nordeste pode estar relacionada a uma expansão das atividades rurais na região, repercutindo positivamente na melhoria das condições de vida do homem do campo, haja vista que o principal objetivo do PRONAF é amenizar as dificuldades sofridas pelo pequeno produtor.

No Gráfico 2 mostram-se as evoluções dos valores dos contratos das regiões do Brasil. Nota-se que Sul e Sudeste foram as regiões mais contempladas com financiamentos e com maiores valores médios. As regiões Nordeste e Norte tiveram um crescimento bastante aquém tanto do volume de recursos como de valores médios, se comparado com Sul e Sudeste (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução dos valores dos contratos do Pronaf nas regiões do Brasil entre 1999 e 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

Ainda sobre a tabela 1, pode-se identificar a concentração de contratos do Pronaf na região Sul em detrimento das regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, pode-se perceber que em relação ao número de contratos, a região Nordeste apenas não obteve maior quantidade de contratos do que o Sudeste no ano 2000, nos outros anos o superou. Já em relação a região Sul, o Nordeste obteve maior quantidade nos anos 2005, 2006 e 2007 (Tabela 1).

Isto porque em 2005 o Governo Federal anunciou que tentaria reduzir as desigualdades na distribuição dos recursos entre as regiões brasileira, elevou o número de contratos de todas as regiões, priorizando o Norte e Nordeste, que tiveram um aumento no número de contratos (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

A região Norte alcançou o maior número de contratos no ano de 2004 com 180.635 contratos, a região Nordeste em 2006 com 1.728.638, o Sul em 2005 com 1.151.439, Sudeste em 2006 com 495.018 e o Centro-Oeste em 2012 com 165.214 contratos. Portanto, pode-se constatar que a região que alcançou maior número dentro do período de estudo foi o Sul.

Em relação aos valores de financiamento (corrigidos para o ano de 2014), depreende-se que todas as regiões atingiram seu maior valor no ano de 2012. A região Norte recebeu R\$ 5.135.870.463,18, a região Nordeste R\$ 10.837.726.163,47, a região Sudeste R\$ 37.549.813.241,99, a região Sul R\$ 47.552.710.702,10 e a região Centro-Oeste R\$ 27.014.778.284,92. Destaca-se a região Sul como a região que recebeu mais financiamentos do programa.

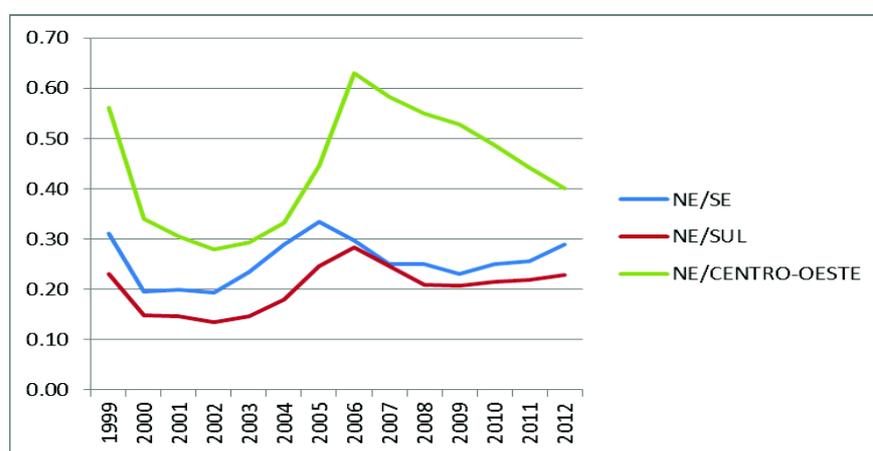
Em relação ao valor médio de contratos, observa-se que as regiões Norte e Nordeste alcançaram maiores valores em 2011, respectivamente com R\$ 36.113,42 e R\$ 13.185,27. As regiões Sudeste com um total de R\$ 78.744,55, Sul com R\$ 48.985,34 e a Centro-Oeste com R\$ 163.513,86 alcançaram os maiores valores médios de financiamento de Pronaf em 2012.

É válido ressaltar que os valores médios dos contratos possuem uma grande variação entre as regiões e ainda maior entre os estados.

As regiões Sul e Sudeste foram contempladas com maior montante de recursos, enquanto que as demais regiões, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, receberam recursos baixos que impossibilitam o desenvolvimento rural destas regiões e a redução das desigualdades regionais.

No Gráfico 3 mostra-se a evolução das relações observadas entre os volumes de créditos do Pronaf do Nordeste em Relação ao Sudeste; Nordeste em relação ao Sul e Nordeste em relação ao Centro-Oeste. Os valores foram obtidos, dividindo-se o valor total do Pronaf recebido pelos agricultores do Nordeste pelo valor recebido pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Gráfico 3 – Evolução dos valores recebidos do Pronaf, relacionando a região Nordeste com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012

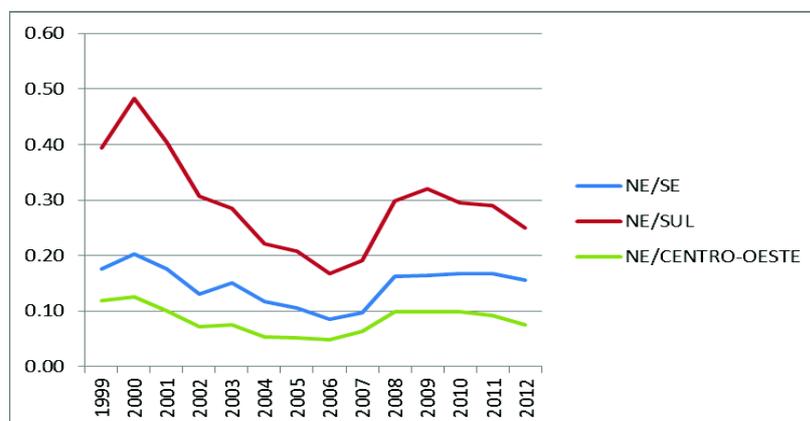


Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

Os resultados mostram o quanto os agricultores do Nordeste receberam do montante recebido pelos agricultores das outras regiões. Por exemplo, no ano de 2003, o resultado da divisão do valor de contratos do Nordeste pelo do Sul, deu 0,15, ou seja, no ano de 2003 os agricultores familiares do Nordeste receberam apenas 15% do montante recebido pelos agricultores da região Sul. Assim, no gráfico 3, pode-se ver a evolução desses valores durante o período analisado e inferir que os valores recebidos pelo Centro-Oeste são muito superiores àqueles recebidos pelos agricultores Nordeste, chegando até a 63%. Já com Sul e Sudeste o valor varia entre 13% e 33%.

O gráfico 4 segue a mesma lógica do gráfico 3, explicado anteriorente, só que relaciona o valor médio por contratos. Pelo que mostra o Gráfico 4 é possível deduzir que, no ano 2000, por exemplo, o valor médio de contratos do Nordeste foi 48% do valor médio do Sul, no entanto, percebe-se que houve uma queda nos anos posteriores.

Gráfico 4 – Evolução dos valores médios do Pronaf, relacionando a região Nordeste com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012

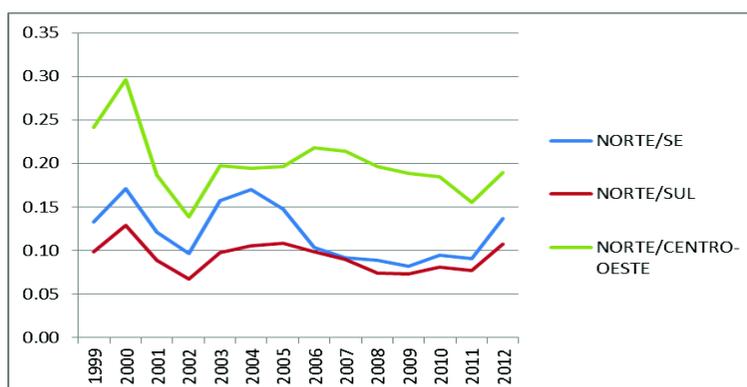


Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

A mesma estratégia foi utilizada relacionando o Norte com as regiões mais ricas do Brasil. As duas regiões foram as escolhidas, por serem as menos beneficiadas pelo Pronaf e as que enfrentam maiores dificuldades na agricultura familiar. Isto está feito no Gráfico 5.

No Gráfico 5 constata-se que a região Norte recebeu no período de 1999 a 2012 de 8% a 17% do montante recebido pelos agricultores familiares do Sudeste. Em relação a região Sul verifica-se que os agricultores familiares do Norte receberam apenas de 7% a 13% dos valores captados pelos agricultores familiares da região Sul. Em relação ao Centro-Oeste a variação dos recebimentos dos agricultores do Norte foi de 14% a 30% do valores recebidos pelos agricultores daquela região. Em geral, neste caso, percebe-se que durante os anos iniciais houve variações e nos anos finais do período as porcentagens ficaram mais estáveis, porém ficando evidente que o Norte sempre recebeu parcelas menores do que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

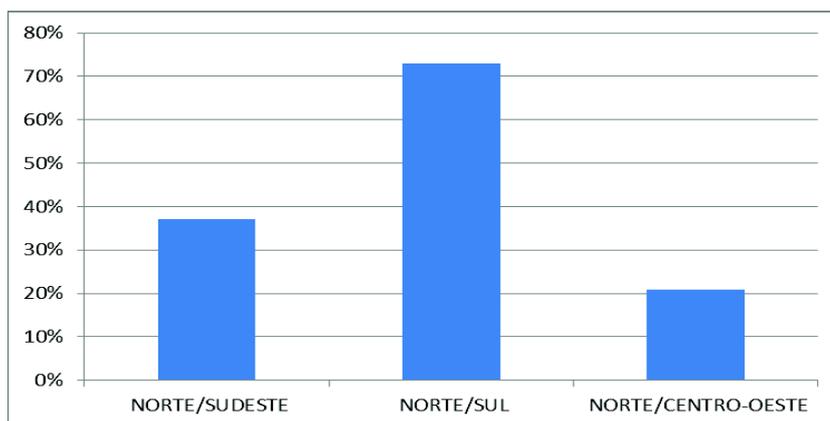
Gráfico 5 – Evolução dos valores recebidos do Pronaf, relacionando a região Norte com Sul, Sudeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

No Gráfico 6 infere-se que, em relação ao valor médio total dos contratos do Pronaf, o valor médio de contratos da região Norte foi de 37% do valor médio recebido pela região Sudeste. Relacionando-se o Norte com o Sul a variação aumenta consideravelmente para 73%. E, em relação a região Centro-Oeste, verifica-se que o valor médio recebido pelos agricultores do Norte é 21% do valor médio recebido pelos agricultores do Centro-Oeste.

Gráfico 6 –Valores médios totais do Pronaf, relacionando a região Norte com Sudeste, Sul e Centro-Oeste entre 1999 e 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

A seguir, na Tabela 2, são apresentados os números do Pronaf para o Brasil no período de 1999 a 2012, referentes aos números de contratos e valores corrigidos. Em seguida será demonstrado esses valores em gráficos de barra (Gráficos 7 e 8) para que se

possa observar melhor as disparidades no acesso ao PRONAF, principalmente nas regiões mais pobres: Norte e Nordeste.

Na Tabela 3, tem-se as participações relativas das regiões brasileiras em relação ao total do país do número agregado de contratos do Pronaf e valores recebidos (corrigidos) pelos agricultores familiares de 1999 a 2012.

Tabela 2: Números do Pronaf para o Brasil no período de 1999 a 2012

<b>BRASIL</b>			
<b>ANOS</b>	<b>Nº CONTRATOS</b>	<b>VALOR CORRIGIDO</b>	<b>VALOR MÉDIO</b>
<b>1999</b>	1.395.621	39.195.763.603,72	28.084,82
<b>2000</b>	1.349.234	40.279.167.916,75	29.853,36
<b>2001</b>	1.468.912	47.516.202.852,04	32.347,89
<b>2002</b>	1.718.761	52.364.262.182,64	30.466,28
<b>2003</b>	2.100.340	59.130.573.780,99	28.152,86
<b>2004</b>	2.745.587	70.562.602.747,02	25.700,37
<b>2005</b>	3.243.315	68.801.177.531,83	21.213,23
<b>2006</b>	3.522.555	70.521.377.735,19	20.019,95
<b>2007</b>	2.964.985	78.449.441.052,90	26.458,63
<b>2008</b>	2.435.282	91.221.529.652,67	37.458,30
<b>2009</b>	2.505.854	100.812.747.674,54	40.230,89
<b>2010</b>	2.336.210	105.280.351.633,21	45.064,59
<b>2011</b>	2.317.983	111.244.286.617,60	47.991,85
<b>2012</b>	2.646.731	128.090.898.855,67	48.395,89
<b>TOTAL</b>	<b>32.751.370</b>	<b>1.063.470.383.836,77</b>	<b>32.471,02</b>
<b>TGC</b>	<b>4,9</b>	<b>9,0</b>	<b>4,1</b>

Fontes dos dados Originais: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central.

Tabela 3 – Participação relativa das regiões brasileiras em relação ao total do país

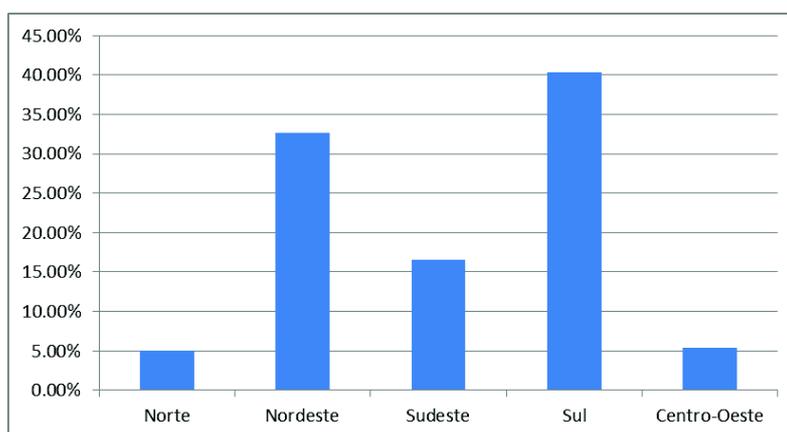
<b>REGIÕES</b>	<b>TOTAL DE CONTRATOS</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL DE VALOR CORRIGIDO</b>	<b>%</b>
<b>NORTE</b>	1.647.689	5.0%	37.576.432.250,35	3.5%
<b>NORDESTE</b>	10.705.381	32.7%	85.831.631.007,40	8.1%
<b>SUDESTE</b>	5.408.323	16.5%	332.331.032.907,67	31.2%
<b>SUL</b>	13.219.627	40.4%	413.400.584.397,72	38.9%
<b>CENTRO-OESTE</b>	1.770.350	5.4%	194.330.703.273,62	18.3%

Fontes dos dados Originais: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central.

No Gráfico 7 mostra-se a participação relativa das regiões brasileiras em relação ao total do país do número agregado de contratos de Pronaf recebidos pelos agricultores familiares de 1999 a 2012. Pelas evidências mostradas no gráfico é notório a grande liderança do Sul (40,4%) relativamente ao que foi aplicado em Pronaf no Brasil ao longo de todo o período analisado nesta pesquisa.

Observa-se também que, em termos agregados, a região Nordeste (32,7%) exerceu a segunda posição no número de contratos do Pronaf no período sob investigação nesta pesquisa (Gráfico 7).

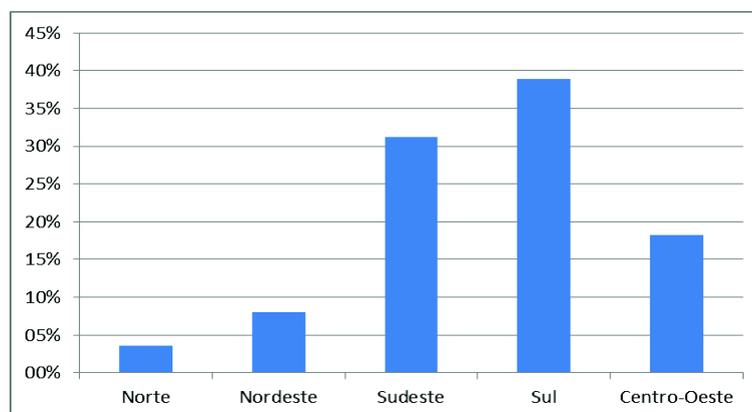
Gráfico 7 - Participação no número de contratos das regiões em relação ao Brasil – 1999 a 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

No que se refere aos valores acumulados de Pronaf recebidos pelas regiões brasileiras no período de 1999 a 2012, mostrados no Gráfico 8, fica evidente a discrepância do montante recebido pelos agricultores do Sul e do Sudeste em relação às demais regiões brasileiras, sobretudo em relação ao Norte que recebeu apenas 3,5% dos recursos de forma acumulada e o Nordeste que recebeu 8,1% (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Participação nos valores corrigidos de contratos das regiões em relação ao Brasil - 1999 a 2012

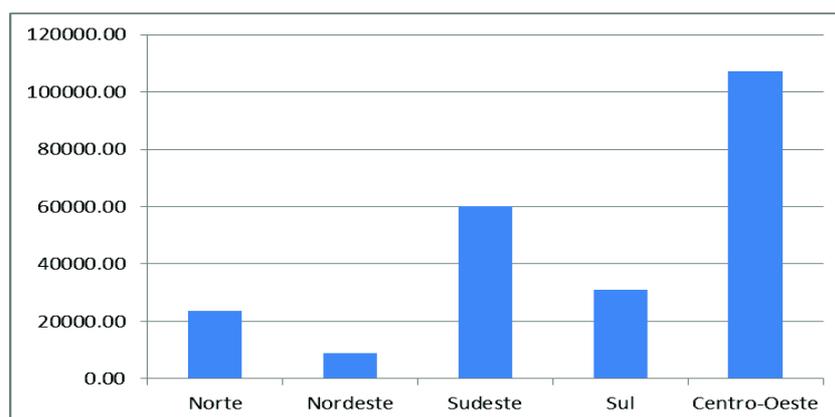


Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

O gráfico 9 exhibe os valores médios de contratos por regiões em relação ao Brasil em todo o período sob investigação. Consta-se que o Centro-Oeste, apesar de possuir baixo número de contratos, é a região que possui maior valor médio de contratos. O valor médio anual recebido pelo Centro-Oeste é de R\$ 107.179,60, pelo Sul é de R\$ 31.065,08, pelo Sudeste é de R\$ 60.176,56, pelo Nordeste é de R\$ 9.025,94 e pelo Norte é de R\$ 23.516,55.

As regiões Norte e Nordeste mais uma vez mostram-se, de certa forma, excluídas, sendo as regiões com menores valores médios de contratos, reflexo dos baixos valores recebidos. É importante destacar que o valor médio do Centro-Oeste é aproximadamente onze vezes maior que o do Nordeste, em outras palavras, pode-se dizer que o valor médio do Nordeste é apenas 8,41% do Centro-Oeste.

Gráfico 9 - Valores médios de contratos das regiões em relação ao Brasil – 1999 a 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

Na Tabela 4 mostram-se os resultados encontrados nas estimações para o Brasil, regiões e estados das taxas geométricas de crescimento (TGC) do total de contratos de Pronaf, valores totais corrigidos e valores médios no período de 1999 a 2012.

As evidências apresentadas na Tabela 4 sugerem que no Brasil o número de contratos cresceu a uma taxa média de 4,9% ao ano entre 1999 e 2012. Fica evidente que o Nordeste com uma TGC de 8,5% a.a. foi a região com crescimento mais expressivo no período, ao passo que o Sul apresentou a menor TGC de apenas 2,4% ao ano. Amazonas (16,7% a.a.) e Pernambuco com TGC de 13,8% lideraram no Brasil em termos de expansão do número de contratos contraídos de Pronaf (Tabela 4).

No que se refere ao volume de recursos contraídos observou-se que se expandiram a uma TGC bastante expressiva no Brasil entre 1999 e 2012 a um valor médio de 9,0% ao ano. No Nordeste observou-se a maior TGC do valor corrigido dos contratos a uma taxa média de 11,2% ao ano. Contudo, como os montantes iniciais sempre foram muito baixos, observou-se o que já foi mostrado neste trabalho, que os montantes contraídos pelos agricultores familiares dessa região são bastante reduzidos (Tabela 4).

O Espírito Santo apresentou a maior TGC de expansão do volume dos recursos do Pronaf entre 1999 e 2012 (15,3% ao ano) enquanto o Pará com TGC=3,3% a.a. foi o estado que apresentou a menor taxa média de expansão do volume de recursos do Pronaf para os agricultores familiares entre 1999 e 2012 (Tabela 4).

Tabela 4: Total, Valores totais acumulados e valor médio dos contratos do Pronaf por Estado, Regiões e para o Brasil entre 1999 e 2012 (Valores corrigidos para 2014)

Estado/ Região	Contratos Entre 1999 e 2012		Valor total captado entre 1999 e 2012		Valor médio dos contratos no Período 1999-2012	
	Contratos	TGC (% a.a.)	Valor (R\$1000,00)	TGC (% a.a.)	Valor Médio (R\$)	TGC (% a.a.)
AC	117.931	0	1.646.026,08	5,5*	13,96	5,7*
AM	130.874	16,7*	2.028.025,12	4,7	15,50	-12,1*
AP	15.837	0	185.732,57	7,7*	11,73	5,6*
PA	683.401	3,2	11.880.706,51	3,3**	17,38	0
RO	374.878	-2,6	8.438.874,29	6,5*	22,51	9,1*
RR	28.276	10,4	520.854,85	10,9*	18,42	0
TO	296.492	5,4*	12.876.212,83	10,9*	43,43	5,4*
<b>NORTE</b>	<b>1.647.689</b>	<b>2,9</b>	<b>37.576.432,25</b>	<b>6,7*</b>	<b>22,81</b>	<b>3,8*</b>
MA	1.383.508	10,2*	12.379.636,31	14,9*	8,95	4,7**
PI	1.235.361	7**	7.196.167,22	14*	5,83	7,1*
CE	1.616.547	12,4*	8.583.336,14	7,3*	5,31	-5,1
RN	878.840	7,3	3.616.749,46	6,8*	4,12	0
PB	749.099	9,5*	5.278.294,91	3,4*	7,05	-6
PE	1.252.154	13,8*	6.956.840,89	12,6*	5,56	0
AL	554.330	9,4*	4.128.015,82	10,1*	7,45	0
SE	686.031	4,8	3.402.179,26	11,3*	4,96	6,5*
BA	2.349.511	6,1*	34.290.231,02	12,5*	14,59	6,4*
<b>NORDESTE</b>	<b>10.705.381</b>	<b>8,5*</b>	<b>85.831.451,02</b>	<b>11,2*</b>	<b>8,02</b>	<b>2,6</b>
ES	672.528	8,3*	17.706.462,55	15,3*	26,33	7*
MG	3.190.426	9,1*	139.837.043,50	12,5*	43,83	3,4*
RJ	116.847	7,6*	2.827.653,24	7,2*	24,20	0
SP	1.428.522	1,6*	171.959.873,62	7,7*	120,38	6,1*
<b>SUDESTE</b>	<b>5.408.323</b>	<b>6,8*</b>	<b>332.331.032,91</b>	<b>10,0*</b>	<b>61,45</b>	<b>3,3*</b>
PR	3.550.736	2,3*	167.372.639,45	8,6*	47,14	6,3*
SC	2.855.607	1,9**	76.085.245,09	5,3*	26,64	6,1*
RS	6.813.284	2,5*	169.942.699,86	7,9*	24,94	5,3*
<b>SUL</b>	<b>13.219.627</b>	<b>2,4*</b>	<b>413.400.584,40</b>	<b>8,2*</b>	<b>31,27</b>	<b>5,8*</b>
GO	813.421	5,8*	76.633.345,03	8,1*	94,21	2,3**
MS	411.280	3,5*	46.253.777,07	9,6*	112,46	6,1*
MT	526.571	3,9*	68.841.336,39	8,2*	130,74	4,3*
DF	19.078	2,5**	2.602.244,79	5,8*	136,40	3,3*
<b>CENTROESTE</b>	<b>1.770.350</b>	<b>4,6*</b>	<b>194.330.703,27</b>	<b>8,5*</b>	<b>109,77</b>	<b>3,8*</b>
<b>BRASIL</b>	<b>32.751.370</b>	<b>4,9*</b>	<b>1.063.470.203,85</b>	<b>9,0*</b>	<b>32,47</b>	<b>4,1*</b>

Fontes dos dados Originais: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central.

\*Significante entre 0 e 5% de erro.

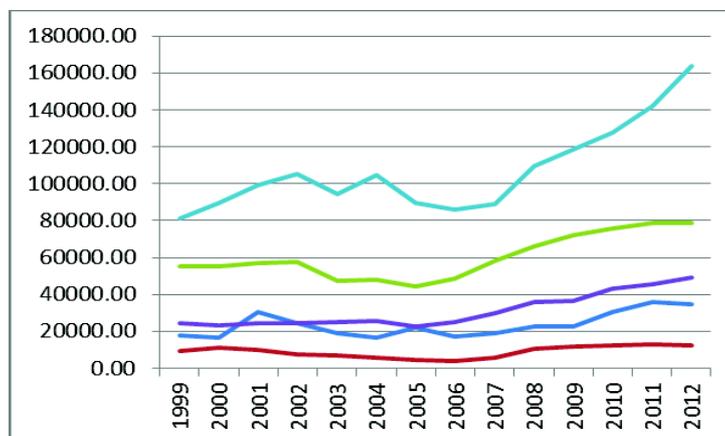
\*\*Significante acima de 5% e menor que 10% de erro.

Nota: (1) Valores atualizados a preço de 2014 – IGP-DI.

O valor médio dos contratos do Pronaf se expandiu a uma TGC de 4,1% a.a. entre 1999 e 2012. No Sul observou-se a maior TGC de expansão do valor médio do Pronaf (5,8% a.a.) e o Nordeste foi a região com menor expansão (TGC = 2,6% a.a.) (Tabela 4, Gráfico 10).

A evolução dos valores médios por contratos nas regiões do Brasil é apresentada no gráfico 10 abaixo:

Gráfico 10 – Evolução dos valores médios dos contratos do Pronaf nas regiões do Brasil entre 1999 e 2012



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (vários anos) - Banco Central.

O estado brasileiro que apresentou a maior TGC de valor médio do Pronaf entre 1999 e 2012 foi Rondônia (9,1% a.a.). Esta expansão pode ser justificada pela evolução considerável da criação de gado e pela participação de Rondônia na produção de cacau no Brasil. Paraíba (TGC = -6% a.a.), Amazonas (TGC = -12,1% a.a.) e Ceará (TGC = -5,1) foram os estados que tiveram regressão nos respectivos valores médios de Pronaf no período estudado nesta pesquisa (Tabela 4).

Apesar de o Centro-Oeste responder por uma participação baixa no número de contratos e nos recursos aplicados, é nesta região que se encontram os valores médios mais elevados. Por sua vez, a região Nordeste é onde prevalecem os valores médios mais baixos (Gráfico 10).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Pronaf em 1996 significou grandes mudanças no âmbito das políticas públicas voltadas para o meio rural, pois até então não existia nenhuma política direcionada para os agricultores familiares, os quais ocupavam um papel subordinado e secundário em relação às políticas públicas do país.

O Pronaf é uma política pública de desenvolvimento rural com um papel muito importante para os agricultores familiares do Brasil: a redução da pobreza rural. No entanto ainda precisa evoluir e melhorar muito para que seja capaz de atender a todos os agricultores familiares de diferentes estados e regiões de maneira igualitária, pois com o estudo percebeu-se que há acentuadas desigualdades na apropriação e nos valores médios do Pronaf entre o que recebem os agricultores nas regiões Norte e Nordeste relativamente aos que são transferidos para as regiões Sudeste e Sul.

Atrelado ao crédito rural, outro instrumento fundamental para o desenvolvimento rural é a assistência técnica que auxilia e orienta os agricultores para o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, dos mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de maneira sustentável. Com isso os agricultores terão uma melhora na renda e qualidade de vida. No entanto, o número de agricultores com acesso a assistências técnica ainda é muito pequeno e não se faz presente em todas as regiões. As regiões que recebem maiores volumes de crédito e assistência técnica tornam-se mais modernizadas. Portanto, pode dizer que as disparidades entre as regiões identificadas neste trabalho podem ser explicadas, principalmente, pela má distribuição de recursos do Pronaf, pela carência e, às vezes até inexistência, de assistência técnica, tecnologias empregadas na agricultura e até mesmo pelo clima, como é o caso do Nordeste, que tem a agricultura atingida fortemente pelas secas.

Este trabalho buscou analisar a distribuição de recursos do Pronaf entre as regiões do Brasil, identificando as regiões com maior número de contratos, valores recebidos e valores médios do Pronaf; calculando a taxa geométrica de crescimento dos contratos, valores recebidos e valores médios ao longo dos anos e aferindo os padrões de desigualdade envolvendo os volumes de recursos transferidos para as diferentes regiões.

Assim, o presente trabalho atingiu os objetivos propostos mostrando que, para o período estudado, 1999 a 2012, houve um aumento da quantidade de contratos do Pronaf

em todas as regiões do Brasil, destacando-se a regiões Sul, com maior número de contratos firmados (40%) e a região Nordeste, a segunda região com maior número de contratos (33%). Esse aumento de contratos na região Nordeste pode-se dizer que se deu devido aos avanços das atividades rurais na região, refletindo positivamente na melhoria das condições de vida do homem no meio rural. Essa elevação está diretamente relacionada ao fortalecimento da produção agropecuária à nível de pequenos estabelecimentos, uma vez que gera melhoria na formação de renda dos pequenos produtores e, em consequência disso, a redução do êxodo rural. Em outras palavras, pode-se dizer que o PRONAF promove a fixação e manutenção dos estabelecimentos rurais.

Foi identificado que a regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte dos recursos do programa com 39% e 31% cada uma, respectivamente, caracterizando que há concentração de recursos em apenas duas regiões.

Analisando os dados referentes aos valores médios constatou-se que o Centro-Oeste, apesar de possuir baixo número de contratos, é a região que possui maior valor médio de contratos. Já as regiões Norte e Nordeste são as regiões com menores valores médios de contratos, reflexo dos baixos valores recebidos.

Com a regressão, para obter as Taxas Geométricas de Crescimento, a fim de alcançar o objetivo geral da pesquisa, extraiu-se que a região Nordeste obteve o maior crescimento médio de número de contratos (8,5% a.a.) e de valores dos contratos (11,2% a.a.). E a região Sul obteve maior aumento no valor médio de contratos, com crescimento de 5,8% a.a.

As evidências deste estudo sinalizam que a maioria dos beneficiários do Pronaf localizam-se nas regiões Sul e Sudeste e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estão os beneficiários mais capitalizados do Pronaf. Desta forma, constata-se que há uma distribuição heterogênea no território nacional em relação ao Pronaf e que há grande concentração de recursos.

Assim, os resultados desta pesquisa podem ser utilizados para o planejamento e/ou formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico das áreas rurais e dos agricultores familiares. Bem como, com as desigualdades encontradas entre as regiões do Brasil, verifica-se a necessidade de políticas mais efetivas para redução destas disparidades regionais, a fim de promover melhores condições de vida para os agricultores, em especial, os do Norte e Nordeste.

Por fim, o avanço na gestão pública não pode ser negado. Entretanto, o certo é que muito ainda há de ser realizado. Além da necessidade da criação e aprimoramento de diversas outras políticas públicas que beneficiem os agricultores inseridos no meio rural, relacionadas à educação saúde, trabalho, saneamento básico e outros, pois o Estado não deve incumbir-se apenas de políticas de desenvolvimento econômico para esta categoria, mas também de desenvolvimento social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: editora Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Combate à pobreza: chegou a hora da qualidade**. Valor Econômico, São Paulo, p. A12, 16 ago, 2006.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 3, n. 23, p.483-496, set. 2011.

Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Acesso em: 20 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2011>

Banco Central do Brasil. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** - Pronaf. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp#13](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#13). Acesso em: jan. 2015.

Banco Central do Brasil. **Resolução 3206**. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46387/Res\\_3206\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46387/Res_3206_v1_O.pdf). Acesso em: jan. 2015.

BANCO DO BRASIL. **PRONAF** Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10818,0,0,1,1.bb>. Acesso em: jan. 2015.

BRASIL. MDA. **Resultados do Pronaf**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. MDA. **Formação de Agentes da ATER**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-formag/sobre-o-programa>. Acesso em dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília, Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-12188.html>. Acesso em: 02 jan. 2016.

CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, ago. 1999, Foz do Iguaçu. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, 1999.

CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. A agricultura familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, 2002, v. 12, n. 3, p. 105-117.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FECAMP (2002)- Fundação De Economia De Campinas E Convênio PCT/IICA-PRONAF. Estudos de Caso em Campo para Avaliação dos Impactos do Pronaf. Campinas, 2002.

FERNANDES, R. T. **Condições socioeconômicas e degradação ambiental dos recursos naturais no município de Vitória do Mearim/Ma**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) -Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão. 2005.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun. 2007.

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. 4º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 812 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009<sup>a</sup>.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre (Terceira Edição Revisada e Atualizada). 3. ed. 2012.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 272 p.

MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. (NEAD Estudos 11).

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura familiar: a construção de um conceito. **Candeia: na Construção de um Sociedade Humana e Ambientalmente Sustentável**, Goiânia, ano 3, n. 4, p. 17-30.

RIOS, Genebaldo Lima; PEREIRA, Ruimar de Oliveira. **Assistência Técnica e Extensão Rural**: contribuições para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. **Ecoeco**, Brasília, p.1-13, out. 2011.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Soc. Estado. Vol. 22, n. 3. Brasília. Sept/Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922007000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000300009). Acesso em: 02 dez 2015.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. ET AL (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOUZA, Luiz Gustavo Antonio de et al. O comércio brasileiro de carnes e a competitividade brasileira a partir da década de 90. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008. Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/102.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001. 405 p.

VEIGA, J. E. da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Trabalho apresentado no XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambú, 22 a 26 de outubro de 1996.